

O Prêmio Esso na constituição da identidade profissional do jornalista

Marcio de Souza Castilho*

Índice

1 Introdução	1
2 O contexto brasileiro	2
3 A memória do Prêmio Esso	3
4 ‘Um patrimônio dos próprios jornalistas’	5
5 Por uma identidade investigativa	7
6 Conclusão	11
7 Bibliografia	12

1 Introdução

Uma revisão bibliográfica aponta a década de 50 como um momento de profundas transformações na imprensa brasileira. As mudanças gráficas e editoriais dos jornais marcam a passagem do jornalismo que era centrado no discurso político e literário para o empresarial. Os órgãos de divulgação incorporavam o modelo americano que privilegiava a informação transmitida “objetiva” e “imparcialmente” em detrimento dos ideais doutrinários e da narrativa de polêmica, confronto e julgamento crítico.

*Marcio Castilho é mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente está cursando doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ribeiro (2000) informa que a valorização da técnica jornalística se relacionava diretamente com a defesa do profissionalismo, buscando restringir a atuação daqueles que não distinguiam a fronteira entre o público e o privado. As mudanças reposicionam a função social do produtor de notícias e criam um novo ideário sobre o que era o jornalismo: um campo de produção especializado e mais autônomo. As empresas se modernizam e os repórteres passam a seguir técnicas especializadas para apuração e redação de matérias¹.

A autora informa que a implantação do jornalismo “moderno” no Brasil não se deu, entretanto, de uma forma homogênea e verticalizada. Encontrou resistências na própria configuração histórico-cultural da sociedade brasileira, com suas particularidades e ambigüidades. O modelo informativo e objetivo, adotado nos Estados Unidos, teve de ser “ressemantizado” ao ser importado para a realidade do país.

Uma das dificuldades para a profissionalização dos jornalistas e a autonomia total do campo estava relacionada à vinculação política dos jornais. Segundo a autora, os jor-

¹Ribeiro destaca que as reformas do *Diário Carioca* e do *Jornal do Brasil* e o surgimento de jornais inovadores como a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora* assinalam essa nova fase da imprensa brasileira.

nais refletiam o grande dilema da sociedade brasileira, “marcada por uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo, entre, de um lado, a impessoalidade e a racionalidade das instituições e, de outro, as práticas oligárquicas, clientelísticas, familiares, patriarcais e patrimonialistas” (2000: 69). Os veículos de maior circulação eram dirigidos por famílias tradicionais. Os interesses políticos se sobrepunham aos empresariais na escolha das estratégias das empresas. As benesses oficiais concedidas aos donos de jornais, na forma de empréstimos e publicidade, financiaram a modernização da imprensa. Esse fator histórico é determinante para a diferenciação da lógica dos padrões culturais do jornalismo brasileiro em relação ao americano.

Tais considerações fornecem pistas essenciais sobre a forma como o princípio da objetividade serviu para legitimar a imprensa como instituição de poder no campo social. Na esteira da modernização do jornalismo nos anos 1950, com a valorização do noticiário e do papel do repórter nas redações, foi criado, em 1956, o Prêmio Esso de Jornalismo. Idealizada como forma de estímulo à produção jornalística, a premiação está associada com a questão da identidade jornalística que pretendemos discutir neste artigo. Em um período em que se buscava fazer do jornalismo uma comunidade discursiva própria a partir de uma linguagem impessoal, informativa e objetiva, a criação do prêmio contribuiu para fortalecer o papel social dos profissionais.

Mas que pressupostos sobre a profissão estavam em jogo e serviam como critério para a comissão de julgadores conceder o prêmio? Até que ponto o mais tradicional programa de reconhecimento dos jornalistas brasileiros, com o conjunto de valores

que guiavam seu julgamento, conferiu autoridade ao campo, transformando o discurso jornalístico em fala autorizada. A análise se concentrará na fala dos atores que participaram ativamente do processo de constituição do prêmio com o objetivo de perceber como tais estratégias memoráveis apontam para a formação de um discurso valorativo da profissão a partir dos anos 1950.

2 O contexto brasileiro

Concedido pela primeira vez em 1956, o Prêmio Esso de Jornalismo completou 50 anos em 2006, compondo um painel de meio século de história recente do país na perspectiva jornalística, abrangendo a política, a economia, a sociedade, a cultura, a ecologia, a ciência e o esporte. Os trabalhos vencedores, selecionados por uma comissão formada exclusivamente por jornalistas e especialistas da área de comunicação, passaram a ser percebidos como modelo a ser seguido na profissão.

Antes de iniciarmos a abordagem sobre a origem da premiação e critérios de julgamento, faremos um breve recuo no tempo a fim de compreender melhor o ambiente histórico que orientava o comportamento da imprensa no período que antecedeu a implantação do Prêmio Esso. Até os anos 1950, quando ainda não se forjava o discurso de profissionalização do campo jornalístico, o repórter ocupava posição secundária, sem status (Accioly, 1998). “Eram cidadãos de segunda classe, quase marginais, cujo estereótipo era um homem mal barbeado, bebendo no bar embaixo da redação, em plena madrugada” (1998:106). Atuavam como plantonistas da redação, cobrindo o noticiário do dia, como incêndio, crimes

e desastres. Muitos faziam “bicos” trabalhando em outros empregos. Os jornais, por sua vez, eram vistos mais como “folhas de partido” do que veículos de informação seguindo uma lógica empresarial. A síntese e a seleção de notícias não eram atributos valorizados pelos diários impressos, que concorriam entre si basicamente em termos de quantidade de notícias.

O resultado se refletia nas matérias produzidas no período. Como relata Guilherme Duncan, atual coordenador do Prêmio Esso de Jornalismo, “salvo poucas exceções, as reportagens de maior sucesso na época (...) serviam mais ao sensacionalismo, ao escândalo e à promoção pessoal do que ao interesse público” (2006: 8).

Em um texto em que discute a questão da objetividade a partir da fala dos principais atores deste processo – os homens de imprensa dos anos 1950 –, Ribeiro (2002) observa como as estratégias memoráveis dos jornalistas, que construíram as reformas dos jornais como uma ação de “um grupo de jovens destemidos e modernos”, são forjadas para fornecer um lugar simbólico para os próprios jornalistas. Segundo a autora, “é muito comum encontrar nos relatos reclamações em relação ao despreparo cultural e ético dos profissionais da imprensa da primeira metade do século”. Se o ideal de objetividade tem nítida coloração ideológica, na prática, ele não se configura. Mas o princípio do texto objetivo, neutro e imparcial prevalece retoricamente. O mesmo processo de idealização da profissão, sob a bandeira da autonomização e modernização do campo jornalístico, está inscrito na memória daqueles que criaram em 1956 o Prêmio Esso de Jornalismo.

3 A memória do Prêmio Esso

Nos depoimentos dos patrocinadores, organizadores e julgadores do prêmio, percebe-se como eficiente estratégia de lembrança a ênfase na idéia do prêmio como resultado da evolução da imprensa. O então gerente do Departamento de Assuntos Públicos da Esso Brasileiro de Petróleo, Roberto Petis Fernandes, reforça que a origem do prêmio esteve relacionada ao “salto de qualidade da imprensa” nos anos 1950:

“Nós sentíamos que a imprensa brasileira começava a avançar. Entrava em uma nova era, que iria projetá-la e situá-la num plano de igualdade com as mais avançadas de todo o mundo. Tudo não passaria de uma questão de tempo, que era cada vez menor, para que se chegasse a esse ponto ótimo. Era uma forma de a Esso mostrar que estava sensibilizada e motivada diante deste salto de qualidade da imprensa. É um caminho para homenagearmos esse esforço, que só viria a beneficiar a cultura brasileira” (Correio Braziliense, 30/11/1978. Grifos nossos)

Antes da criação do prêmio, a multinacional já vinculava o seu nome a um programa radiofônico que tornou-se popular a partir dos anos 1940 e uma referência na história do jornalismo brasileiro: o *Repórter Esso*². Retransmitido por emissoras em todo o país, o programa era caracterizado por notícias redigidas em períodos curtos e de forma direta. O *Repórter Esso* recebia forte influência do jornalismo americano e privilegiava a síntese no noticiário, evitando, por exemplo, o uso

²O primeiro programa foi ao ar às 12h55 de 28 de agosto de 1941, consagrando o bordão “testemunha ocular da história”. Era o mais ouvido rádio-noticioso do país e, posteriormente, chegou também à televisão.

de orações intercaladas. A iniciativa bem-sucedida do programa radiofônico também serviu como estratégia de lembrança para justificar a criação do Prêmio Esso de Jornalismo, como declara o então presidente da Esso Brasileiro de Petróleo, William Jackson:

“A aproximação e a convivência com jornalistas, proporcionadas pelo Repórter Esso, levaram os dirigentes da Companhia, em meados da década de 50, a conhecer muito de perto a atividade da Imprensa. A sensibilidade daqueles meus antecessores indicou que o jornalismo começava a se profissionalizar e a crescer junto com o país; e, nesse sentido, necessitava de apoio, o que uma empresa como a Esso, então já há mais de 40 anos no Brasil, podia perfeitamente fornecer como uma de suas contribuições à sociedade” (1995: 4. Grifos nossos)

Michel Pollak (1989) observa que em todos os grupos, seja no quadro familiar ou em redes de sociabilidade afetiva ou política, há uma marca comum que caracteriza o fenômeno da memória: a sua seletividade. A apropriação do passado, construída a partir de demandas do presente, tem sempre caráter seletivo e pressupõe enquadramentos, escolhas, esquecimentos e silêncios. A memória resulta de um processo de ordenamento e de organização que vai definir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Ao se interrogar sobre os motivos que levam os grupos sociais do presente a destacar determinados aspectos do passado, negligenciando outros, Pollak percebe neste enquadramento uma forte relação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. A lembrança e o esquecimento são utilizados, portanto, como estratégia para fortificar

sentimentos de pertencimento e fronteiras sócio-culturais entre diferentes coletividades, como os partidos, sindicatos, associações profissionais, igrejas, famílias e nações. Decorre dessa análise uma das funções essenciais da memória: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (1989: 9).

É nesta perspectiva que voltamos a analisar as memórias sobre a criação do Prêmio Esso. Como vimos, os patrocinadores fixam como estratégia discursiva a idéia da premiação como “uma das contribuições” da empresa à sociedade ou uma “homenagem ao esforço” dos jornalistas que colocavam a imprensa brasileira em uma “nova era”. A empresa estabelecia assim seu lugar, legitimando sua função na sociedade. Ao mesmo tempo, confere um sentido de unidade ao discurso de profissionalização do campo jornalístico. Levando em conta o trabalho de enquadramento da memória, a patrocinadora omite outros aspectos que poderiam comprometer a sua imagem institucional. Basta lembrar que, no contexto dos anos 1950, a Esso procurava desfazer a sua imagem negativa por ter liderado a campanha contrária à exploração de petróleo no país. Assim, o prêmio pode ser visto como uma bem-sucedida estratégia de marketing da multinacional. O próprio programa *Repórter Esso*, rememorado como primeiro modelo organizado de noticiário no rádio, fazia parte da política americana de aproximação com os países da América Latina (Jung, 2005).

4 ‘Um patrimônio dos próprios jornalistas’

Uma das marcas que conferem credibilidade ao concurso tem sua origem na primeira edição do Prêmio Esso, em 1956. Os patrocinadores procuram se desvincular de qualquer interferência no julgamento para reafirmar que a premiação se constitui “num patrimônio dos próprios jornalistas”. Os organizadores enfatizam a presença dos profissionais da imprensa em todas as etapas do processo, ressaltando que o programa era conduzido por jornalistas, as reportagens eram escolhidas por uma comissão formada exclusivamente por jornalistas “em atividade e altamente conceituados”³ e a premiação era destinada aos repórteres. Porém, como veremos mais adiante, a questão de imparcialidade não tem o consenso do próprio campo jornalístico.

No livro comemorativo dos 25 anos do Prêmio Esso, percebemos como o valor da pluralidade e isenção, tão comum no discurso jornalístico nos anos 1950 a partir da reforma dos principais diários, também aparece para fornecer as condições de aceitabilidade da premiação. A questão da imparcialidade do julgamento torna-se um capital simbólico de grande valor, pois oferece as bases da “seriedade” do concurso.

“Desde os primeiros anos, o Prêmio Esso caracterizou-se pelo rigoroso critério na escolha da qualidade jornalística das reportagens e pela isenção de preconceitos políticos e econômicos. (...) Uma premiação aceita e respeitada pelas mais diversas correntes de opinião, sem objeções de caráter fundamen-

³William Jackson, presidente da Esso Brasileiro de Petróleo

tal. Nasceu com a marca irreprovável da seriedade, para transformar-se num patrimônio dos próprios jornalistas” (1980:21)

No primeiro ano, foi concedido um prêmio único para a reportagem “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, de Mário de Moraes e Ubiratan Lemos, da revista *O Cruzeiro*. Na matéria, os repórteres acompanham, durante 11 dias, a viagem de 102 emigrantes nordestinos num caminhão “paus-de-arara”, de Pernambuco até a Baixada Fluminense, no Rio, com o relato das frustrações e os sonhos dos retirantes em busca de uma vida melhor no Sul do país. A comissão julgadora era formada por nomes que participaram do processo de renovação e aperfeiçoamento dos padrões técnicos do jornalismo brasileiro: Herbert Moses (Associação Brasileira de Imprensa), Alves Pinheiro (*O Globo*), Otto Lara Rezende (*Manchete*), Danton Jobim (*Diário Carioca*) e Antônio Callado (*Correio da Manhã*).

Nas palavras do jornalista Ruy Portilho, coordenador do Prêmio Esso, a credibilidade do concurso estava assentada “na composição de comissões julgadoras de qualidade, formadas por profissionais respeitados por seus pares, que pudessem valer-se de vasta experiência acumulada em anos de exercício profissional” (2006:10). “Independente”, “transparente” e “democrático” são alguns dos adjetivos usados por ele ao abordar o processo de escolha das matérias vencedoras.

“Nenhuma decisão no Prêmio Esso é tomada sem que correntes opostas de pensamento estejam representadas nas diversas comissões (...). Nunca integrantes de tantas redações de jornais, revistas e emissoras de televisão de tantas regiões do Brasil foram chamados

a se manifestar sobre os trabalhos inscritos. A pluralidade, aliada a um sistema de amplo debate e de decisões por consenso ou maioria dos votos, garante ao Prêmio Esso o predicado de o mais democrático entre os concursos do gênero, o que constitui uma garantia a mais ao participante que, há décadas, confia seus trabalhos aos organizadores, em busca de um veredicto técnico, imparcial e sobretudo justo” (2006: 10. Grifo nosso)

O comentário de Ruy Portilho sobre a constituição de “comissões julgadoras de qualidade, formadas por profissionais respeitados por seus pares” remete à idéia formulada por Zelizer (1992), que percebe os *media* como parte integrante de uma “comunidade interpretativa”, partilhando “quadros de referência comuns”. A autora destaca o “trabalho secreto” da imprensa na construção de notícias: “Os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos explanatórios que constroem a realidade, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo” (1992: 12). Consideramos que a mesma estratégia, que acaba por reforçar o senso de coletividade do grupo jornalístico, se aplica ao analisarmos as falas de jornalistas sobre as comissões de julgamento do Prêmio Esso. Ou seja, os jornalistas formam uma “comunidade interpretativa” não apenas na construção noticiosa, escrevendo para seus pares, mas tornam-se porta-vozes legitimados de um “veredicto técnico, imparcial e justo” no processo de escolha das matérias vencedoras. Os critérios são orientados por um conjunto de pressupostos compartilhados pela comunidade de jornalistas.

A principal crença é a idéia de imparcialidade do júri. Não apenas os patrocinadores, mas os produtores de notícias reforçam que a Esso Brasileira de Petróleo não exerce qual-

quer influência sobre o julgamento: “Participei várias vezes do júri. A Esso jamais fez uma única pressão para a ação do júri. Por isso que o ‘Prêmio Esso’ tem, dos jornalistas, o respeito” (Carlos Lemos); “Eu não concorro a prêmio que me obrigue a falar bem do produto. A Esso realmente não interfere; ela escolhe uma comissão, dando total liberdade” (João Máximo); “Dou meu testemunho de que nunca houve a menor influência dos diretores da Esso pedindo que esse ou aquele jornalista fosse premiado. Jamais!” (Murilo Melo Filho); “Quem ganha o prêmio, a categoria sabe que não houve nenhuma ingerência” (Zuenir Ventura)⁴.

Porém, a idéia de isenção e neutralidade nos critérios de julgamento não tem o consenso do próprio campo dos profissionais de imprensa. O jornalista Alberto Dines critica a forma de escolha dos juizes e a obrigatoriedade do pagamento de inscrição. “Jornalistas devem estar muito atentos ao negócio de prêmios. Pode ser uma forma muito sutil de subornar. Especialmente quando se trata de certames que exigem inscrição. (...) Escolher uma comissão julgadora equivale a orientar a premiação”⁵. O jornalista Ayrton Baffa aponta a força do poder econômico dos grandes jornais na seleção das matérias premiadas e a falta do debate. “Sou contra a discussão de mão única em cima do autor e não sobre seu trabalho. O repórter é o único que deve ter vez, independente da cor da sua

⁴BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis. “Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo”. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

⁵“Jornal dos Jornais”. *Folha de São Paulo*. 03/07/1977.

camisa e do balanço anual da empresa para a qual trabalha”⁶.

Para além do enfrentamento de posições sobre os critérios de julgamento do Prêmio Esso no interior do campo jornalístico, que se relaciona com a questão do poder, a categoria percebe a premiação como o momento de consagração de uma carreira. O repórter de *O Cruzeiro* Mário de Moraes – ganhador do 1º Prêmio Esso, em 1956, com a matéria “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara” – considera a homenagem um marco em sua carreira profissional. “A partir do Prêmio Esso me senti mais profissional; me senti mais seguro. O meu orgulho profissional mesmo começou depois que eu ganhei o Esso”⁷.

O fotógrafo Campanella Neto, primeiro premiado na categoria, em 1960, credits ao prêmio a projeção do seu nome na imprensa nacional. Ele trabalhava na revista *Mundo Ilustrado* e registrou um levante militar contra o governo Juscelino Kubitschek no povoado de Aragarças, em Goiás. “Com relação ao Prêmio Esso, eu só tenho, primeiro, a agradecer a Deus; em segundo lugar, à Esso, porque ela me proporcionou nome, me proporcionou muita glória. E isso se perpetua. Eu consegui tudo o que queria”⁸.

Se a retórica de objetividade jornalística serviu, como vimos, para a construção de um discurso valorativo da profissão nos anos 1950, não podemos deixar de visualizar neste contexto histórico a importância da criação do Prêmio Esso para o fortalecimento

do papel social do produtor de notícias. Vemos que o surgimento da premiação está associado com a defesa do profissionalismo, discurso predominante neste período de modernização da imprensa. Integrante da comissão julgadora da primeira edição do Prêmio Esso, o jornalista Otto Lara Rezende, avalia a reconfiguração do papel do repórter a partir deste reconhecimento público:

“Não sei avaliar até onde o estímulo de um prêmio poderá ter contribuído para o progresso da reportagem. Na verdade, ninguém é repórter para ganhar prêmio. Mas o prêmio, se não consagra, consola, sobretudo quando, até há poucos anos, o jornalismo era profissão ingrata, instável, sem status” (1980: 21)

Ganhar o prêmio significava ao homenageado se sentir “mais profissional”. Pela primeira vez, o repórter passa a ocupar papel mais ativo nas redações e pode expressar seu “orgulho profissional”. O prêmio significa a “glória” ou a redenção de quem era visto como um sujeito desqualificado no interior das empresas jornalísticas até o início dos anos 1950. Assim, observamos que o prêmio, como instrumento de valorização da técnica jornalística, contribuiu para a formação da identidade profissional dos produtores de notícias.

5 Por uma identidade investigativa

Uma breve incursão nas matérias vencedoras do mais tradicional programa de reconhecimento dos profissionais de imprensa nos país nos ajuda a identificar alguns valores que serviam como critério para a comissão

⁶*Tribuna da Imprensa*. 03/12/1980.

⁷BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis. “Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo”. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

⁸Idem

conceder o prêmio. Em uma pesquisa inicial, percebemos a valorização das reportagens com caráter investigativo. Para ilustrarmos a busca por uma identidade investigativa por parte do repórter, propomos fazer um resgate das reportagens consagradas em dois períodos distintos da história política do país: no primeiro momento, analisaremos as matérias vencedoras nos anos de 1958 e 1962, período que antecedeu a instauração do regime militar no país. Num segundo momento, as reportagens vencedoras em 1976 e 1977, quando o Brasil, ainda sob o comando dos militares, começava a sentir os efeitos da distensão política, com a revogação do Ato Institucional nº 5 e a extinção da censura prévia.

Em 1958, o prêmio principal foi para o jornalista Marcio Moreira Alves, do *Correio da Manhã*, autor da matéria “Morte em Alagoas”. O repórter narra o flagrante de um tiroteio na Assembléia Legislativa de Alagoas, durante a votação do “impeachment” do governador Muniz Falcão. No episódio, o repórter torna-se vítima, atingido na perna por uma bala. Ele dita para um médico, da cama do hospital, um despacho de 18 linhas sobre o acontecimento, publicado na primeira página do jornal.

*“Às 15h10, deputados situacionistas liderados pelo deputado Claudenor Lima subiram a escadaria vestidos de capas, sob as quais portavam metralhadoras.(...) Nenhuma palavra chegou a ser trocada. Os deputados da situação abriram fogo imediatamente a esmo. Vários feridos. Impossível dizer número, pois figuro entre eles” (“Dissolvida à bala – a Assembléia de Alagoas”. *Correio da Manhã*. 13/09/1957)*

A narrativa projeta o repórter como perso-

nagem do acontecimento. Ser jornalista não era apenas reportar um fato com um olhar onisciente, com o uso de uma narrativa em terceira pessoa, mas atuar em defesa do interesse coletivo e do bem comum, mesmo nas condições mais adversas. O depoimento de Carlos Castello Branco, que participou da comissão julgadora daquele ano, reforça a coragem e o valor do esforço pessoal do repórter na transmissão da informação.

“Marcio fora ferido numa das coxas, mas mesmo nessa situação não lhe faltaram a coragem e a perfeita visão jornalística da cena em que se envolvia como repórter e como testemunha. (...) Houve quem interpretasse a concessão do prêmio ao fato de ter sido o jornalista ferido no exercício da sua profissão de repórter. Essa circunstância pode ter influenciado, mas na realidade o prêmio que eu propus e a comissão endossou foi ao seu trabalho e não à bala que lhe penetrou a perna” (1980: 33. Grifo nosso)

Um outro dado confere especificidade às matérias vencedoras neste primeiro momento da história do Prêmio Esso, antes da instauração da Ditadura Militar: as reportagens investigativas no campo político. Em 1962, o repórter José Gonçalves Fontes, do *Jornal do Brasil*, recebe a premiação pela série “Fraude eleitoral”. Ele apurou a suspeita de fraudes nas eleições de 1960 para a Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara. O trabalho jornalístico resultou na perda de mandato de um deputado e provocou mudanças na legislação eleitoral, sobretudo no processo de votação. A série “Fraude eleitoral” mostra, no testemunho do julgador Hideo Onaga:

“a pertinência invulgar do repórter; a objetividade com que procurou lastrear e dar

peso às suas denúncias, a paciência numa longa e exaustiva investigação, tudo isso culminando na comprovação da denúncia de fraude eleitoral que repercutiu sensacionalmente na imprensa de todo o país e, além de resultar na perda de mandato do deputado fraudulentamente eleito, levou a Justiça Eleitoral a introduzir importantes modificações no processo de votação” (1980: 57)

Como critério de julgamento, a comissão reconheceu uma vez mais o “esforço” e a “objetividade” do jornalista. Das páginas internas e sem muito destaque no início da cobertura, o assunto alcançaria, seis meses depois, repercussão nacional. A pauta exigiu planejamento e busca de documentação. Portanto, a revelação, na avaliação do júri, foi resultado de uma apuração de longa duração, envolvendo observação direta do repórter, pesquisa em arquivos e entrevistas com grande número de fontes.

“O trabalho de José Fontes reuniu o maior número de pontos conferidos aos vários ângulos sob os quais foram examinadas as reportagens – importância do assunto, repercussão, clareza de exposição e sobretudo a tenacidade, o esforço e a inteligência com que o repórter soube deslindar a mecânica da fraude eleitoral, investigar os suspeitos, acabando por comprovar a responsabilidade dos culpados” (idem: 58. Grifos nossos).

A instauração do regime militar em 1964 acabou por reconfigurar a atuação da imprensa no país. Para a criação do “admirável mundo novo” que os governos militares queriam impor nos anos pós-1964 havia que existir em paralelo a ação da censura, o apagamento da política como debate de idéias e a construção de consenso, através de alianças

que se firmaram entre o poder e algumas empresas jornalísticas. Construir um modelo de distanciamento da opinião se transformava muitas vezes na única possibilidade de sobrevivência para muitos veículos. Recusar os vínculos com a política nesse momento era também essencial para os que se aliaram aos governos militares.

Os jornais de grande circulação produziam matérias sobre os mais variados temas, porém sem vínculos explícitos com assuntos políticos. Este panorama de esvaziamento do debate político na imprensa começa a se modificar com o início do processo de abertura política no Brasil. Em janeiro de 1975, no governo do general Ernesto Geisel, os censores se retiram da redação de *O Estado de São Paulo*. Em março de 1975, o governo decide acabar com a censura prévia na redação de *O Pasquim*. O mesmo aconteceria com a revista *Veja*, em junho de 1976.

O episódio envolvendo o jornalista Wladimir Herzog, encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI), em 25 de outubro de 1975, também fortaleceu os movimentos que lutavam pela redemocratização do país⁹. Em dezembro do mesmo ano, ainda sob o impacto da repercussão negativa da morte do diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, o governo militar decreta o fim do Ato Institucional N° 5.

A reportagem “Assim vivem nossos superfuncionários”, conduzida pelo jornalista Ricardo Kotscho, conquistou o Prêmio Esso

⁹O jornalista Wladimir Herzog, então com 38 anos, teria se enforcado, segundo a versão oficial. A morte por suicídio foi desmentida por testemunhas presas na mesma época. Seu nome consta na lista do Movimento Tortura Nunca Mais como vítima da Ditadura Militar no Brasil.

em 1976. Tida até hoje como um momento fundador para o fortalecimento da investigação jornalística no Brasil (Sequeira, 2005), a matéria tornou conhecida do grande público a expressão “mordomia”, numa alusão aos privilégios e vantagens dos ocupantes de cargos públicos durante o regime militar.

Os carros oficiais servem para levar os filhos dos superfuncionários ao colégio, as madames às boutiques e cabeleireiros, os empregados e os funcionários propriamente ditos aos restaurantes. Os automóveis de chapamarela que não são particulares podem ser vistos às centenas circulando em Brasília ou nas capitais estaduais. Servem, à custa das empresas, a executivos estatais e suas famílias. Recentemente, um banco oficial renovou sua frota, adquirindo possantes Alfa-Romeo, embora os Dodge Dart de luxo ainda sejam os preferidos (“Os carros rodam”. O Estado de São Paulo, 01/08/1976)

A novidade não estava na prática comum da política brasileira de utilização de recursos públicos para fins particulares, mas na possibilidade de reportar este fato e levá-lo para o conhecimento do grande público. Assim, o *Estado de São Paulo* abriu caminho para um novo modo de atuação da imprensa, que viria a se acentuar no período de redemocratização do país, a partir de 1985: a investigação jornalística no campo político, com o desvelamento das mais variadas formas de corrupção e abuso de poder.

Ao justificar a concessão do prêmio ao *Estado de São Paulo*, um dos julgadores da comissão, o jornalista Mussa José Assis, associa o caráter investigativo da reportagem à “prática do verdadeiro jornalismo”:

“Um trabalho de fôlego, uma reportagem montada sobre dados precisos e elementos

até certo ponto delicados. (...) O jornalismo brasileiro vinha testando, a partir da posse do presidente Geisel, até onde ia a abertura do regime. (...) Talvez o jornal paulista não tivesse pretendido utilizar a série como teste de carga, mas ela assim funcionou” (1980: 121)

Se a série de reportagens de *O Estado de São Paulo* é emblemática por marcar uma nova fase da imprensa a partir da denúncia dos abusos de poder e corrupção, nos anos que se seguiram a reportagem investigativa no Brasil ver surgir na cobertura policial um espaço privilegiado de atuação. Tanto que, pela primeira vez na história do Prêmio Esso, um assunto policial conquista a categoria principal do concurso. Foi o que ocorreu em 1977 com a reportagem de *Veja* sobre o caso Cláudia Lessin Rodrigues.

A matéria alterou os rumos da investigação sobre a morte da jovem de classe média alta do Rio de Janeiro, cujo corpo foi encontrado nos penhascos da Avenida Niemeyer, em 25 de julho daquele ano. Até a publicação da reportagem, a polícia caminhava para o arquivamento do inquérito, desqualificando a vítima e concluindo que Cláudia Rodrigues havia morrido pelo uso simultâneo de cocaína, álcool e remédios. Os repórteres de *Veja* Luiz Valério Meniel e Amicucci Gallo revelaram, no entanto, que a vítima fora assassinada no apartamento do milionário Michel Frank, filho do industrial Egor Frank, “ao fim de uma orgia de drogas e sexo”. O crime também envolvia o cabeleireiro George Khour.

A nota explicativa da comissão de jurados enumerou como critérios para a escolha a “tradução da realidade nacional” e a prevalência da informação sobre a desinformação.

Também realçou “a dignidade profissional” e o “trabalho do jornalista voltado para os diferentes problemas da sociedade”. Especificamente sobre a matéria de *Veja*, concluiu:

“A comissão reconheceu objetivamente e sem preconceitos que a sociedade brasileira pode encontrar na imprensa, que não se demitiu o intérprete de seus reclamos e aspirações,(...) reivindicando a liberdade e assumindo responsabilidade, suscitar problemas gerais, apontar erros na condução da coisa pública e denunciar atrasos e desvios na administração da Justiça. A Comissão deseja tornar público que está é uma missão da imprensa capaz de situar-se acima da circunstância da posição pessoal ou política dos atores do drama humano que busca retratar com independência” (Correio Brasileiro, 09/12/1977)

Os critérios apresentados contribuem, portanto, para a formação de uma identidade profissional. O campo jornalístico percebe o Prêmio Esso como um momento de consagração da autoridade interpretativa dos repórteres, que parecem investidos de uma “missão” especial: “apontar erros na condução da coisa pública e denunciar atrasos e desvios na administração da Justiça”. É por desempenhar função tão importante que a sociedade tende a depositar credibilidade sobre este profissional. A adoção de um papel tão ativo tem, ao nosso ver, o objetivo de diferenciar o jornalismo de outras profissões. Nesse sentido, a nota explicativa reforça a imagem da imprensa como instituição poderosa intervindo sempre em defesa do interesse coletivo e do bem comum.

Reivindicar o papel de “intérprete” dos “reclamos e aspirações” da sociedade é assumir, como observa Campbell (1991), o papel de mediador entre os acontecimentos e

o público. Esse processo de autoconstrução dos repórteres como enunciadores privilegiados da realidade se relaciona com a formação da autoridade cultural dos jornalistas. Para Zelizer (1992), os jornalistas atuam como porta-vozes legitimados da verdade do mundo, uma “verdade” que não poderia ser ofertada ao público não fosse a atuação da imprensa.

6 Conclusão

A análise de alguns valores sobre a profissão que servem como critério para a concessão do mais tradicional prêmio da imprensa brasileira é essencial para compreendermos melhor o campo jornalístico. Vimos que tais pressupostos valorizados pelo Prêmio Esso fornecem um lugar simbólico para os próprios jornalistas. Sem desconsiderar a contribuição da imprensa para o processo de redemocratização do país e para o funcionamento da máquina pública em bases éticas – como apresentamos aqui, ainda que pontualmente – não podemos deixar de visualizar que o jornalismo adota estratégias para reforçar o seu papel social, a exemplo de outros campos da vida social.

Alguns atributos valorizados pela comissão de julgadores, como a coragem, o esforço pessoal, a objetividade, a inteligência e a função de mediador confiável para traduzir a realidade nacional, ajudam a forjar uma identidade jornalística. A defesa em torno da reportagem investigativa tem também papel fundamental na constituição de um *ethos* jornalístico, num claro processo de idealização da profissão. Até os dias atuais, a prática do repórter como investigador é valorizada nas redações.

Optamos pela análise do Prêmio Esso de

Jornalismo por entendermos que concurso funciona exatamente como um lugar de consagração deste modelo investigativo, no qual o repórter não deve apenas “reproduzir” o que vê, mas assumir tarefas que seriam de outros sujeitos em defesa da coletividade e do bem comum. Os premiados se identificam com a prática do “verdadeiro jornalismo”, investigando desde a corrupção nas esferas públicas até o crime organizado nas favelas.

7 Bibliografia

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (org.). *Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mithology for Middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.
- JUNG, Milton. *Jornalismo de rádio*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUZ, Olavo e BORGES, Manoel (org.). *25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo*. 1980
- MIRANDA, Guilherme J. Duncan e PORTILHO, Ruy (org.). *Prêmio Esso: 40 anos do melhor em jornalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- MOLICA, Fernando. *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NETTO, Accyoly. *O Império de Papel: bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- ORTIZ, Renato. “A procura de uma sociologia da prática”. In *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 7-29.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50”. Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of a collective memory*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992. 299p. Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. P. 1-13. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.